

ADVERSO

EM DEFESA DA FAPERGS

Jornal da Adufrgs nº122

C & T

Pesquisadores preocupados com o futuro da Fapergs

Os meses de setembro e outubro têm sido de mobilizações em defesa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (Fapergs). Dia 30 do mês passado, passeatas e discussões chamaram a atenção dos gaúchos para o problema da falta de verbas para a pesquisa no Estado.

Foram realizadas uma grande marcha com cerca de duas mil pessoas (foto) pelas ruas centrais de Porto Alegre e audiências com o governador em exercício, Wilson Covatti, e com o presidente em exercício da Assembléia Legislativa, Ronaldo Zulke. Tanto o Executivo quanto o Legislativo receberam um abaixo-assinado com mais de dez mil assinaturas e o Manifesto em Defesa da Fapergs. Nesta edição, o Adverso traz a opinião de três integrantes do comitê Em Defesa da Fapergs sobre o futuro da pesquisa no Rio Grande do Sul. Os artigos expressam a gravidade da situação, refletem a necessidade de se investir em pesquisa e apontam o futuro da Fap gaúcha.

Páginas 6, 7 e 8



Impresso Especial
0334/2001-DR/RS
ADUFRGS
CORREIOS

Fapergs: "Não está morto quem peleia"

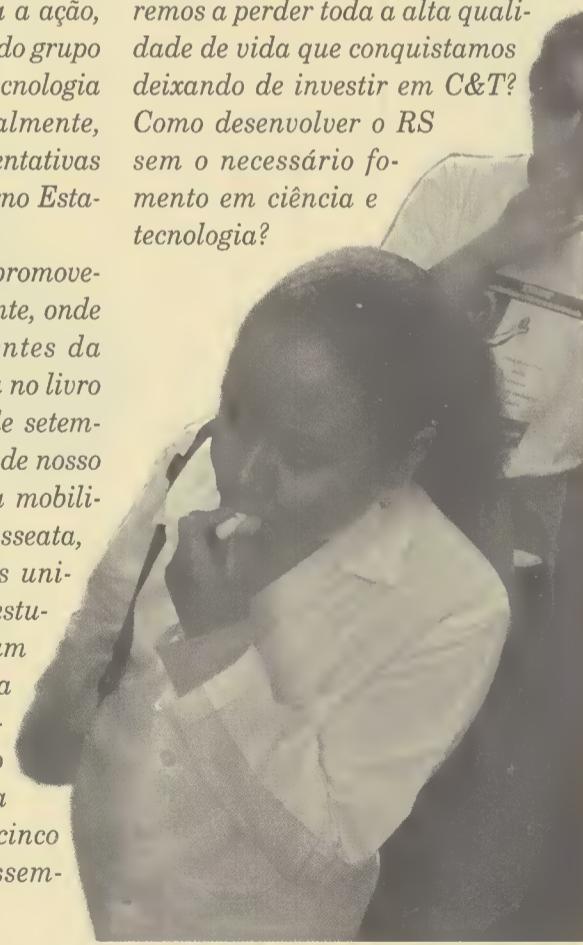
Parece meio irônico, mas, no dia 2 de novembro, dia dos Finados, ocorreu o lançamento oficial do livro "Em defesa da Fapergs", na Feira do Livro de Porto Alegre, por iniciativa que juntou a Adufrgs com a Academia Brasileira de Ciências (ABC) e a SBPC. Acreditamos que "não está morto quem peleia". Nessa luta, não nos resta outra saída do que irmos até o fim. A Adufrgs cumpre assim mais uma etapa de atividades mobilizatórias em prol da reversão do quadro negativo que atinge esta instituição tão importante para o desenvolvimento do Estado e, desta forma, contribuir para superar a profunda crise por que passa esta fundação.

Muitos talvez não se lembrem, mas grande parte deste processo de erguer a bandeira da Fapegs foi desencadeada em uma Assembléia Geral dos docentes da Ufrgs, em abril deste ano. Nesta Assembléia, aprovou-se a entrada com uma ação civil pública na Justiça visando ao cumprimento do Art. 236 da Constituição Estadual que determina o repasse de 1,5 % da arrecadação líquida de impostos para a Fapergs. Apesar de aprovada a ação, juntamente com a reativação do grupo de trabalho em Ciência e Tecnologia da Adufrgs, optou-se, inicialmente, por tentar esgotar todas as tentativas de abrir diálogo com o Governo Estadual, tarefa um tanto difícil.

Em 24 de junho de 2003 promovemos um ato público importante, onde estiveram presentes expoentes da C&T nacional, o que resultou no livro recém lançado. No dia 30 de setembro, a comunidade científica de nosso Estado realizou uma inédita mobilização, com ato público e passeata, onde reuniram-se dirigentes universitários, pesquisadores e estudantes. Este ato teve como um dos importantes resultados a sensibilização da classe política que aceitou articular, no dia 19 de novembro, de uma Audiência Pública com as cinco principais comissões da Assembléia Legislativa do Estado.

Tal desafio ainda está longe de uma solução razoável. Contudo, acreditamos que para isso a mobilização contínua da comunidade científica é vital. Sem a necessária visibilidade deste tema, o governo não se sensibilizará.

O problema da Fapergs não é somente de falta de repasses por parte dos governos, atuais e anteriores. Esta Fundação completa 40 anos de existência e até hoje não foi possível ser consolidada uma proposta mínima e estável de Política de Ciência e Tecnologia para o Estado do Rio Grande do Sul. Estamos em décimo sexto lugar no país em investimentos estaduais nesta área. A falta de uma política estável de investimento talvez seja a principal causa do desalento que perpassa desde o Conselho Superior e os Comitês Assessores até os bolsistas, que recebem com atraso. A construção de uma política não se dá do dia para a noite. Exige discussão, elaboração, proposições e disputa de concepções. Para onde vai a pesquisa científica e tecnológica do nosso Estado, sem a Fapergs? Botaremos a perder toda a alta qualidade de vida que conquistamos deixando de investir em C&T? Como desenvolver o RS sem o necessário fomento em ciência e tecnologia?



Desigualdade continua

O Brasil continua sendo o campeão das desigualdades sociais e econômicas na América Latina e Caribe, segundo relatório do Banco Mundial (Bird) sobre a região, divulgado no dia 24 de outubro, no Rio de Janeiro. O estudo mostra, por exemplo, que os 10% brasileiros mais pobres recebem 0,9% da renda do país, enquanto os 10% mais ricos ficam com 47,2%. O vice-presidente do Banco Mundial para a América Latina e Caribe, David de Ferranti, disse estar confiante nas políticas do governo Lula para reduzir as diferenças sociais existentes no país. Na avaliação de Ferranti, as desigualdades no Brasil têm origem complexa "e muita relação com a colonização europeia". "Temos confiança nas políticas do governo Lula, que estão baseadas em dois pilares: um econômico e outro social. Acreditamos nas metas sociais, mas para alcançá-las é preciso o empenho de todos os setores da iniciativa privada, sociedade e governo", destacou Ferranti, ao participar do seminário Desenvolvimento com Justiça Social, na sede da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan).

Soros contra Bush

Notícia do El País, espanhol, de 22 de outubro: "O multimilionário George Soros é um homem de palavra e de ação: disse em agosto que dedicaria grandes esforços – e grandes quantias de dinheiro – à tarefa de mudar o presidente dos Estados Unidos, e um ano antes das eleições lançou-se à tarefa. Para remover George W. Bush da presidência, Soros vai gastar US\$ 10 milhões". O empresário e investidor, nascido em Budapeste em 1930 e estabelecido nos Estados Unidos desde 1956, dedica-se a atividades filantrópicas desde 1979, e considera que impedir a reeleição de Bush é um ato de amor à humanidade: "O destino do mundo depende dos Estados Unidos, e o presidente Bush está nos conduzindo na direção errada", ele disse em agosto passado. Soros está prestes a publicar "A Bolha da Supremacia Americana", livro em que, segundo a "Forbes", critica o governo americano por recorrer à força e ignorar a cooperação internacional, e prognostica que o capitalismo avança para uma crise que seria provocada por Bush, que "mantém uma política de dominação mundial disfarçada de combate ao terrorismo". Para Soros, o argumento de que "podem ter liberdade enquanto fizerem o que dissermos" soa como "a retórica da União Soviética".

Fórum Social Europeu

De 12 a 15 de novembro, representantes de mais de 60 países participarão, em Paris, da segunda edição do Fórum Social Europeu. O movimento se opõe à Europa neoliberal e quer construir uma outra, plural e democrática. Este ano, a França será um dos pontos de encontro privilegiados dos atores do movimento cidadão mundial. Após a contracúpula da reunião do G-8, em Evian, no mês de maio, e o encontro de Larzac contra a Organização Mundial do Comércio (OMC), em agosto, o "movimento dos movimentos" tem encontro marcado em Paris e em outras três cidades próximas da capital francesa (Saint-Denis, Bobigny e Ivry), na segunda edição do Fórum Social Europeu (FSE). Continuidade do processo aberto pelo Fórum Social Mundial de Porto Alegre, o FSE reunirá, de 12 a 15 de novembro, os atores de um movimento que se opõe à Europa neoliberal tal como é construída atualmente. "A Europa que nós desejamos construir e na qual queremos viver é uma Europa democrática e plural, uma Europa dos cidadãos e dos povos", anunciaram os organizadores do FSE, durante a conferência de imprensa realizada no dia 16 de outubro.

Fórum Social Brasileiro

De 6 a 9 de novembro acontece em Belo Horizonte (MG) o Fórum Social Brasileiro. A expectativa dos organizadores é de que cerca de 20 mil pessoas estejam na capital mineira no início do mês para debater o efeito da globalização no Brasil e as alternativas para a construção de um mundo melhor. O Fórum é preparatório ao de Mumbai, na Índia, em 16 de janeiro. Mil entidades já estão inscritas para as atividades em Belo Horizonte, mas os organizadores esperam pelo menos 1.500. Além dos brasileiros, haverá a participação de 40 entidades de fora do País, o que deverá contabilizar cerca de 2% de participação estrangeira no FSB.

Fórum da Índia

O www.wsfindia.org é o sítio do IV Fórum Social Mundial na internet com as informações disponíveis sobre o Fórum de Mumbai, que acontece de 16 a 21 de janeiro, na Índia. Nas páginas podem ser obtidas informações sobre programação, acomodações, e como participar dos debates que pretendem ser um marco na mundialização do movimento. Porto Alegre deverá estar presente na Índia, com uma série de atividades.

Diretoria

Presidente: Maria Aparecida Castro Livi
1º vice-presidente: Eduardo Rolim de Oliveira
2º vice-presidente: Carlos Alberto Gonçalves
1º secretária: Daniela Marzola Fialho
2º secretária: Laura Verrastro Viñas
1º tesoureiro: Alejandro Borche Casalás
2º tesoureiro: Valério De Patta Pillar
1º suplente: Elisabete Zardo Búrgo
2º suplente: Nádia Pesce da Silveira

ADUFRGS

Sarau comemora o Dia do Professor

A Adufrgs comemorou o Dia do Professor, com um grande Sarau, dia 15, na sede da Associação. Um grande público foi brindado pela apresentação do Coral da Adufrgs. Regido por Athos Flores, o grupo cantou Romaria, Porto Alegre é Demais e Navega Coração. Logo depois, professores da Ufrgs revezaram-se no palco. Entre eles, Jorge Quilfeldt, que apresentou um show de Música Popular Brasileira e o aplaudido tango "Por una Cabeza". Ainda num clima de integração cultural do Mercosul, a professora Laura Verrastro tocou ao violão e cantou "Sueño con Serpientes", de Silvio Rodriguez. O músico Jorge Hermann (leia matéria ao lado) mostrou parte de seu último disco que resgata a produção latino-americana. Após as apresentações, foi servido um coquetel.



Festa: professores da Ufrgs se revezaram no palco, apresentando dotes artísticos aos colegas

Jéferson Assumção



MÚSICA

Jorge Hermann conta "a história das sombras"

Fotos Cristina Lima



"A Falha de Santo André é uma falha geológica que, ironicamente, é um defeito de fabricação da maior potência do mundo", explica o músico Jorge Hermann, afirmando que a cultura estadunidense não possui mais valor que qualquer outra cultura. Jorge Hermann, junto da banda "A Falha de Santo André", desenvolve uma linguagem musical inspirada no popular. O grupo usa ritmos afro-brasileiros, melodias de manifestações tradicionais e religiosas, e arranjos simples. O resultado desta combinação é uma música que "respira", que quer ser compartilhada, que fala de coisas que só têm sentido se vividas coletivamente. "Bem por isso, não é algo xenofóbico, nossa crítica não é uma crítica irrefletida", ressalva. A música de Hermann e da Falha trabalha muito com a afirmação da geografia, com o simbolismo do sul sempre ser representado em baixo. "Não há nenhuma razão física pra isso, e sim política, e nós trabalhamos muito nessa relação geográfica".

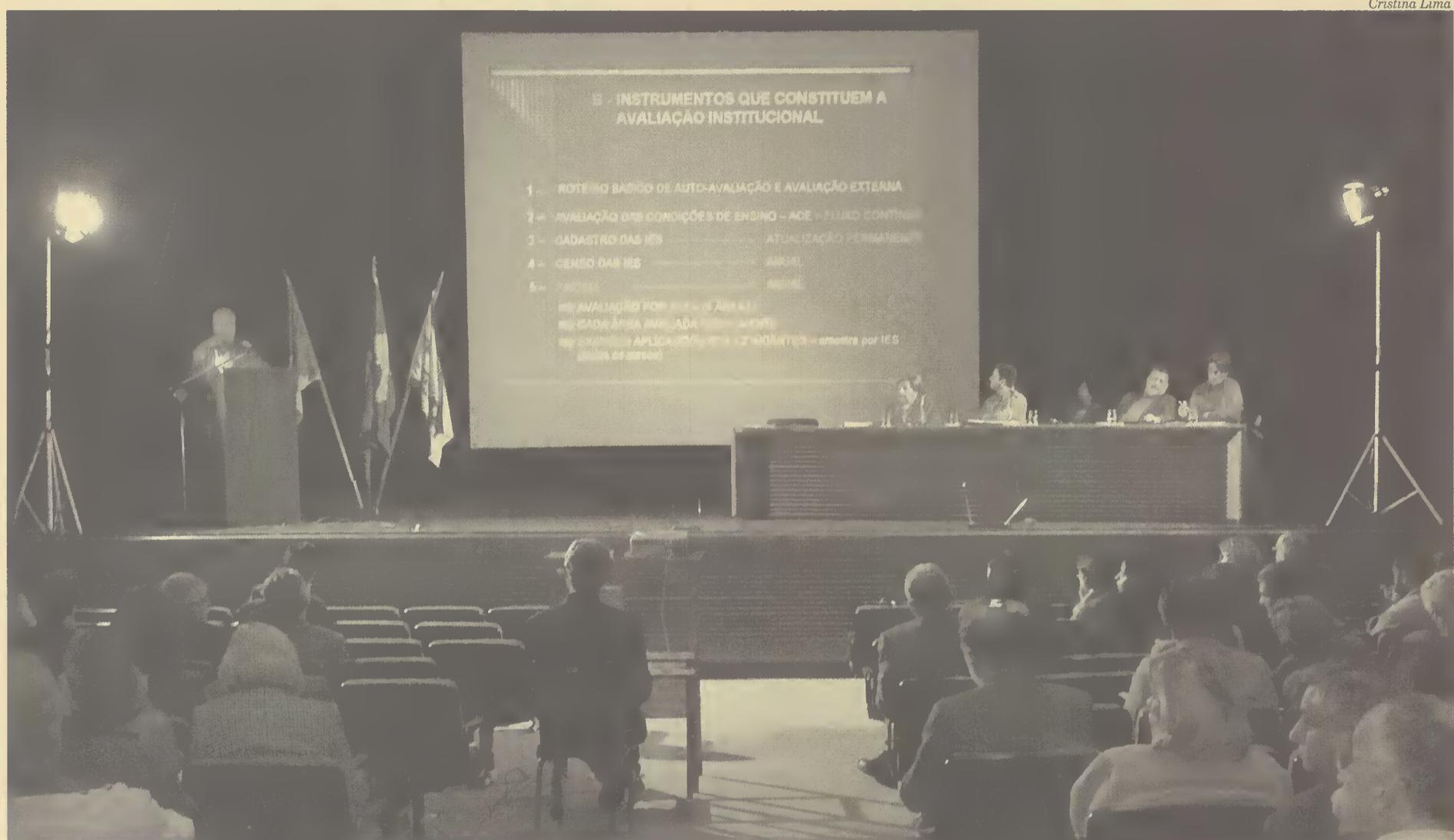
Jorge Hermann e A Falha conseguiram que o projeto do disco "Antípodas" fosse aprovado pelo Fumpoarte e lançaram este trabalho semi-acústico, sem bateria, que resgata valores e fatos históricos, sem ser tradicionalista. As 15 composições do disco versam "sobre as coisas que estão na sombra", como diz Hermann. "O trabalho pode ser dividido em dois: o de procurar dar visibilidade para personagens e fatos históricos que são pouco conhecidos", explica. A outra parte é o trabalho de composição que amarra ritmos e temas brasileiros e resgata um repertório pouco conhecido para as pessoas que escutam as grandes rádios comerciais.

"A história oficial é a história dos vencedores", posiciona-se Hermann, para, em seguida, dizer que "o que constrói a história são os feitos de quem até hoje é colocado como marginal, como derrotado". Os negros lanceiros de Porongos que lutaram ao lado dos farrapos com a promessa de alforria. A revolta cabocla do Contestado/SC. O monge proscrito São João Maria, um curandero profeta que perambulou por toda região sul do Brasil e ficou no imaginário do interior gaúcho mesmo 150 anos depois, e seu guerreiro José Maria. Jacobina, Conselheiro, e tantos que só a muito custo vão ganhando alguma visibilidade. São personagens e episódios "marginais" à história oficial. O imaginário popular também é inspiração e referência para muitos temas deste trabalho. Da mesma forma, a velocidade e a loucura do mundo contemporâneo são abordados em músicas como: "Mil Vanili", "Digital Way of Life", "Pequeno". Jorge Hermann e A Falha de Santo André tocaram no palco externo da Usina do Gasômetro no último Fórum Social em Porto Alegre. Agora participaram do lançamento do IV FSM na Índia, que aconteceu paralelamente em Porto Alegre, Quito e São Paulo.

Dalton José Nunes e Paulo Alberto de Azeredo *

O novo modelo de avaliação da Educação Superior

Cristina Lima



Eleito um novo governo, os novos dirigentes aplicam suas próprias políticas educacionais. Se as políticas sobre educação superior são divergentes, o processo de educação sofre mudanças, como é o caso, agora, da avaliação da educação superior.

Não há dúvidas de que o mentor intelectual da avaliação da educação superior foi o ministro Paulo Renato. Começou bem. Extinguiu as Demec's e fortaleceu as Comissões de Especialistas, exigindo delas transparência e qualidade nos processos de avaliação e, adicionalmente, rigor nas avaliações. Mas, criou o Provão como uma maneira de ranquear os cursos e restringir as avaliações *in loco* somente aos casos graves.

Paulo Renato foi vítima de seu próprio feito. Presionado pelas mantenedoras privadas e faltando dois anos para as eleições presidenciais, mudou completamente o sistema de avaliação, inicialmente extinguindo as comissões de especialistas, que estariam exigindo excesso de rigor, "freiando" o processo de expansão da educação superior, e passando o sistema de avaliação da Sesu para o Inep, um órgão de sua total confiança. Lá criou um novo instrumento de medida da qualidade dos cursos, muito criticado pela academia por nivelar por baixo e por fazer dos avaliadores preenchedores de formulários eletrônicos (a avaliação é feita pelo computador) tornando, assim, a avaliação uma mera formalidade, como se diz, para inglês ver. Se fossem feitas estatísticas sobre os resultados dessas avaliações, elas mostrariam que temos a melhor graduação do mundo.

Os novos dirigentes da educação superior, conforme Comissão Especial de Avaliação, pensam diferente. A avaliação não tem como objetivo ranquear cursos. A avaliação tem como objetivo a discussão, a reflexão, a conscientização sobre o educar. São objetivos nobres. Para exemplificar, e entender essa política, um professor somente tem a capacidade de fazer uma auto-avaliação se entender quando é que um professor é de qualidade. Em discussões com os pares, atributos, requisitos e predicados do professor de qualidade são levantados. Assim, o professor passa a se auto-avaliar comparando seu processo educacional com os parâmetros levantados, e procurando atingi-los. Esse exemplo pode ser levado para todo os agentes da educação, cursos, departamentos, institutos, faculdades e universidades. Cada agente tem seus objetivos e indicadores de qualidade, extraídos de discussões com toda a comunidade envolvida, professores, alunos e funcionários. Enfim, trata-se da discussão em busca da conscientização, do comprometimento e da responsabilidade, metas necessárias e fundamentais para que toda a instituição persiga seus objetivos através de um processo de qualidade. A qualidade da educação é atingida através da conscientização, do comprometimento e da responsabilidade e não através de aplicação de regras.

Mas isso não pode ser chamado de avaliação. De acordo com o dicionário, avaliar significa dar um valor. A busca de qualidade, do comprometimento, da conscientização e da responsabilidade não é obtida pela avaliação e sim pela reflexão. É algo que vai em di-

reção ao "planejamento estratégico" ou, como muitos religiosos fazem, ao "retiro" (redefinição dos objetivos, metas, processos). Assim, esse novo modelo não pode ser chamado de avaliação, pois implicaria em atribuir valor, o que rapidamente possibilitaria o ranqueamento (ranqueamento de professores, de cursos, de universidades etc.).

Enfim a diferença entre os dois modelos políticos é que o ranqueamento leva à competição e a reflexão leva à solidariedade, à cooperação, à harmonia. Mas, ambos os modelos não são mutuamente excludentes, a reflexão pode ser estimulada pela competição, que é muito salutar.

De acordo com a LDB, cabe ao Estado a função reguladora da educação exercida através dos credenciamentos de instituições e autorizações e reconhecimentos de cursos. Muito embora no documento apresentado pela Comissão Especial de Avaliação conste que a avaliação da qualidade das instituições está separada da função reguladora do estado, isso não é bem verdade. A avaliação externa passou a ser uma "verificação" da avaliação interna e, quem não fizer bem o dever de casa poderá perder o reconhecimento dos cursos e até o credenciamento da instituição. A função reguladora do Estado passa a ser, então, nesse modelo, um instrumento de força.

Nós acreditamos que cabe ao Estado apenas normatizar. Seu poder regulador deve ser extinto. As instituições deveriam ter um controle externo da sociedade. Assim, a avaliação passaria a ser uma ativi-

dade pura, livre, e necessária sem o estigma do poder regulador do estado.

A nosso ver, a extinção do Provão foi sábia, devida, entre outros problemas já amplamente divulgados, a imprecisão do ranqueamento. Mesmo que seus principais defeitos apontados fossem sanados (avaliação absoluta e não relativa e registro dos conceitos dos alunos nos históricos escolares, desestimulando o boicote e estimulando a busca de bons conceitos), o Provão, ainda assim, seria injustificável como instrumento de avaliação de cursos. A razão é muito simples. Existe uma correlação estatística muito forte entre a qualidade dos alunos ingressantes, verificada, por exemplo, pelo vestibular, e a qualidade dos mesmos quando formados, obtida pela aplicação do Provão; quando os cursos recebem alunos de qualidade a tendência é se saírem bem no Provão, independentemente da qualidade dos cursos que freqüentaram. Assim, descartar o Provão, como método de avaliação de cursos, foi uma medida saudável. Os argumentos colocados por Dilvo Ristoff e Luiz Araújo, publicados na Folha de São Paulo em 06/09/2003, sessão Debates, são incontestáveis.

Mas, o Provão, como um método de avaliação dos egressos, é salutar. Muitos alunos até gostam de fazer o Provão para saber como se situam em relação aos demais. O Provão interessa ao mercado e, portanto, caberia ao Ministério repassá-lo aos órgãos de classe como Confea, CFA etc. Esses órgãos estão preocupados com a qualidade do exercício profissional e, portanto, o Provão ranqueia os egressos de cursos, podendo os conceitos obtidos fazerem parte das carteiras profissionais. Tal prática já se observa na OAB, com o chamado exame da ordem. Entretanto, a exigência da aprovação no exame como condição para o exercício profissional nos parece injusta e ilegal.

A Comissão apresenta o Paideia como substituto do Provão. Mas o Paideia tem, também, sérios problemas. Não se pode inferir sobre a qualidade dos cursos de uma mesma área, com duas provas, aplicadas a uma amostragem de alunos. A intersecção do conhecimento adquirido entre os cursos de uma mesma área pode ser pequena. Mesmo que fosse grande, o conhecimento é trabalhado de maneira diferente de curso para curso. Assim, é difícil encontrar algo relevante e comum entre cursos de uma mesma área que possibilite a aplicação de uma prova. Além disso, não se pode nem medir o diferencial de conhecimento obtido antes e depois das provas. Portanto, o problema que o Provão apresentava não é resolvido com o Paideia.

A comparação da média das notas obtidas pelos alunos nas disciplinas nos dois primeiros anos e a média das notas no último ano, forneceria um resultado bem mais preciso. Mas, o que isso mede? Assim, o Paideia não detecta cursos problemáticos que deveriam ser submetidos a uma avaliação posterior mais especializada, como condição para continuar sendo oferecido.

Nós somos francamente favoráveis, à parte da avaliação institucional, à avaliação dos cursos por comissões de especialistas, que leve a um conceito final, como faz a Capes. Uma pré-avaliação eletrônica, por consultores ad hoc, poderia determinar quais os cursos deveriam sofrer uma avaliação in loco, reduzindo, assim, a quantidade de visitas aos cursos de grande demanda (administração, direito etc.).

A criação do Conselho Nacional de Avaliação – Conaes é uma medida muito boa. Este órgão estava faltando. Algum órgão político deveria estabelecer diretrizes para a avaliação. O Conaes deve ser um órgão independente, normatizando e administrando todo o processo de avaliação, que deve ser informatizado.

Como ponto positivo do novo modelo, vale citar a criação dos comitês assessores técnicos por área, mantendo um morfismo com o CNPq que avalia a pesquisa e com a Capes que avalia a pós-graduação. Os relató-

rios de avaliação, homologados pelos comitês especializados, devem ser tornados públicos para mostrar à sociedade, entre outros pontos, que as avaliações independem do humor das comissões avaliadoras. Afinal, a avaliação pelos pares, feitas de forma pública, é prática comum na academia, conferindo a elas total transparência. Os comitês assessores devem ter dois níveis de especialização: primeiro quanto ao tipo de curso (bacharelado, seqüencial, tecnológico), e segundo, para cada tipo, quanto couber, quanto as áreas/cursos (por exemplo, entre os bacharelados, engenharia, administração etc.). Aos comitês caberia, entre outras, a tarefa de criar, segundo as diretrizes do Conaes, seus instrumentos de medida de qualidade de cursos. Esses instrumentos deveriam ser aprovados posteriormente pelo Conaes.

Um outro ponto positivo do documento é a tentativa de unificação de critérios de avaliação de instituições e cursos entre sistema federal e estaduais.

Não está claro no documento apresentado, como vai ficar o sistema de avaliação da pós-graduação. Da forma com está hoje, as Comissões de Especialistas da Capes atribuem a cada curso uma nota que vai de 0 a 7. O governo anterior estabelecia um ranqueamento entre os cursos e publicava nos principais meios de comunicação. Se esse sistema permanecer, estaremos aplicando a lei dos dois pesos e duas medidas.

O modelo atual apresenta problemas sérios na autorização de novos cursos. As instituições devem comprovar que os cursos são viáveis apenas para o primeiro ano de funcionamento. A aprovação de um curso de medicina, por exemplo, com base apenas no primeiro ano, é muito temerária. É necessário que as instituições comprovem através de estudo técnico, a viabilidade para todo o curso, e não só para o primeiro ano, especialmente quanto à disponibilidade de professores graduados e de qualidade e a capacidade financeira da instituição para implantar toda a infra-estrutura necessária.

Aparentemente o Inep, hoje com desvio de função, passa a cumprir somente sua função principal e primordial: estabelecer estatísticas sobre a educação superior. Função muito importante. Mas continua como um órgão técnico do Conaes. Isso pode gerar, no futuro, disputas de poder entre os que normatizam e os que executam.

A cultura de avaliação do país é recente e, portanto, se admite, ainda, mudanças profundas na passagem de um governo para outro, mas, ao passar dos anos, apenas ajustes devem ser feitos. A sociedade e as Instituições de Ensino Superior não suportariam se, a cada passagem de governo, mudanças radicais fossem efetuadas no sistema de avaliação.

A mudança de modelo de avaliação consta do plano do governo Lula para a Educação. Assim, a proposta é legítima. Infelizmente, a polêmica sobre o Provão está saindo do campo essencialmente técnico para o político. O modelo apresentado pela Comissão Especial de Avaliação precisa ser melhorado, senão a avaliação sómente vai servir para cumprir exigências do estado, como poder regulador.

A educação, por ser dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tendo por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, deve ter também uma orientação política, sem no entanto que esta prevaleça sobre a orientação acadêmica, que é a única que pode garantir qualidade.

* Dalton José Nunes, professor titular do Instituto de Informática da UFRGS; Paulo Alberto de Azeredo, professor titular do Centro Universitário Ritter dos Reis

ORÇAMENTO

Verba para educação pode diminuir 13,4%

Segundo matéria da Agência Carta Maior, em 28 de outubro de 2003, se aprovada, a proposta de lei orçamentária encaminhada pelo governo federal ao Congresso Nacional pode acarretar perda real de 13,4% para a área da educação. Os gastos previstos com o setor para 2004 são de R\$ 15,36 bilhões, valor R\$ 1,24 bilhão superior ao da lei de 2003. Isso representa um aumento nominal de 8,1%. No entanto, se for considerada a inflação dos últimos 12 meses, calculada pela Fundação Getúlio Vargas em 21,5%, na prática há uma redução de recursos. Segundo a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, a proposta orçamentária também não garante o volume de recursos mínimo determinado pela lei do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).

PRESTAÇÃO DE CONTAS

| ADUFGRS - ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRGS CNPJ-MF N° 90.757.204/0001-64 | |
|---|-----------------------|
| BALANÇETES - VALORES MENSais - 2003 | |
| RUBRÍCAS / MESES | JUL |
| ATIVO | 2.126.262,37 |
| FINANCEIRO | 1.868.140,89 |
| DISPONÍVEL | 316.167,30 |
| CAIXA | 715,46 |
| BANCOS | 1.206,38 |
| APLICAÇÕES G/LIQUIDEZ IMEDIATA | 314.266,46 |
| REALIZÁVEL | 1.551.953,59 |
| APLICAÇÕES FINANCEIRAS CURTO PRAZO | 1.547.387,38 |
| APLICAÇÕES FINANCEIRAS | 1.547.387,38 |
| CRÉDITOS A REALIZAR | 4.566,21 |
| ADIANTAMENTOS A FUNCIONÁRIOS | 3.451,87 |
| ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES | 0,00 |
| IMPOSTOS E CONTRIB. SOCIAIS A RECUPERAR | 0,00 |
| OUTROS DEVEDORES OU CRÉDITOS | 0,00 |
| PRÊMIOS DE SEGURO A VENCER | 1.114,34 |
| ATIVO PERMANENTE | 258.121,48 |
| IMOBILIZADO | 253.884,29 |
| BENS MÓVEIS | 96.866,84 |
| BENS IMÓVEIS | 248.811,99 |
| (DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS) | 91.564,44 |
| DIFERIDO | 4.237,19 |
| SISTEMAS PROCESSAMENTO DADOS | 9.469,78 |
| (AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS) | 5.232,59 |
| PASSIVO | 2.004.328,37 |
| PASSIVO FINANCEIRO | 29.386,78 |
| OBRIGAÇÕES OPERACIONAIS | 11.947,02 |
| OBRIGAÇÕES FISCAIS E SOCIAIS | 8.273,24 |
| OBRIGAÇÕES COM O PESSOAL | 150,00 |
| OBRIGAÇÕES DIVERSAS | 2.012,48 |
| CREDORES DIVERSOS | 1.511,30 |
| OBRIGAÇÕES PROVISIONADAS | 17.439,74 |
| PROVISÕES P/ENCARGOS C/PESSOAL | 17.439,74 |
| SALDO PATRIMONIAL | 1.974.941,61 |
| ATIVO LÍQUIDO REAL | 1.889.619,88 |
| SUPERÁVIT ACUMULADO | 85.321,75 |
| ADUFGRS - ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRGS POLHA 2 | |
| RUBRÍCAS / MESES | JUL ACUMULADO |
| RECEITAS | 131.124,09 843.136,26 |
| RECEITAS CORRENTES | 86.840,67 581.532,35 |
| RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES | 86.840,67 581.532,35 |
| RECEITAS PATRIMONIAIS | 37.859,72 241.416,48 |
| RECEITAS FINANCEIRAS | 37.859,72 241.331,48 |
| RECEITAS PATRIMONIAIS DIVERSAS | 0,00 85,00 |
| RECEITAS DE ATIVIDADES SINDICais | 0,00 2.754,11 |
| PARTICIPAÇÕES EM AÇÕES COLETIVAS | 0,0 2.754,11 |
| OUTRAS RECEITAS | 6.723,70 17.433,32 |
| RECUPERAÇÃO DE DESPESAS | 8.266,70 16.136,32 |
| OUTRAS RECEITAS | 437,00 1.297,00 |
| DESPESAS | 137.938,27 721.202,26 |
| DESPESAS CORRENTES | 137.938,27 721.202,26 |
| DESPESAS COM CUSTEIO | 35.253,36 200.632,36 |
| DESPESAS COM PESSOAL | 19.261,56 95.791,90 |
| DESPESAS COM OCUPAÇÃO E SERVIÇOS | 8.779,17 26.954,82 |
| DESPESAS DE EXPEDIENTE | 8.624,58 55.311,05 |
| DESPESAS C/IMPОСTOS/TAXAS/ONUS DIVERSOS | 542,22 4.921,89 |
| DESPESAS LEGAIS | 0,00 0,00 |
| DESPESAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO | 1.167,66 4.373,66 |
| DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES | 1.462,88 9.747,40 |
| DESPESAS GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO | 436,00 3.123,31 |
| ENCARGOS FINANCEIROS | 90,40 408,33 |
| DESPESAS COM ATIVIDADES ASSOCIATIVAS | 79.926,98 361.177,08 |
| DESPESAS COM PESSOAL | 0,00 534,00 |
| DESPESAS COM VEICULAÇÃO | 1.950,00 28.469,48 |
| DESPESAS COM VIAGENS | 10.996,20 92.179,38 |
| DESPESAS COM ATIVIDADES SOCIO-CULTURAIS | 1.581,23 12.895,19 |
| DESPESAS C/ATIVID. POLÍTICO-ASSOCIATIVA | 8.044,10 21.595,48 |
| DESPESAS COM PUBLICAÇÕES | 21.290,35 121.409,00 |
| DESPESAS DIVERSAS ASSOCIATIVAS | 37.686,10 60.440,60 |
| DESPESAS COM ATIVIDADES SINDICais | 3.380,00 23.660,00 |
| TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | 22.757,93 158.537,82 |
| CONTRIBUIÇÕES PARA A ANDES | 18.697,09 130.335,65 |
| CONTRIBUIÇÕES PARA A CUT | 4.060,84 28.802,17 |
| RESULTADO NÃO OPERACIONAL | 0,00 755,00 |
| PERDAS COM FURTOS E ROUBOS | 0,00 755,00 |
| RESULTADO LÍQUIDO DO MÊS | (6.814,18) 121.934,00 |
| RESULTADOS ACUMULADOS DO EXERCÍCIO | 121.934,00 121.934,00 |
| MARIA APARECIDA CASTRO LIVI Presidente | |
| NINO H. FERREIRA DA SILVA Contador - CRC-RS 14.418 | |

A Fapergs é imprescindível para o Rio Grande do Sul

AFundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (Fapergs) foi criada há quase 40 anos com a finalidade de apoiar e financiar projetos de ciência e tecnologia (C&T) do Estado. Apesar da falta crônica de recursos durante toda a sua existência a Fapergs participou ativamente em muitos dos mais importantes projetos de C&T, tendo acumulado uma larga experiência a respeito da pesquisa no Estado.

A Fapergs deverá tornar-se uma agência efetivamente importante para o estado e para sua comunidade de pesquisa, tanto na academia como no setor industrial, quando nossos governantes, o legislativo e a sociedade compreenderem a verdadeira função desta Fundação na sociedade. É importante salientar que a Fapergs não é um movimento político e muito menos partidário, mas sim um dos instrumentos que os governos estaduais dispõem para implementar sua política de ciência e tecnologia. Os governos devem reconhecer que suas atuações são transitórias e que as ciências, as tecnologias e a cultura em geral são elementos essenciais para o progresso do estado, mas são metas de longa maturação e portanto ultrapassam os curtos períodos dos governos.

A Fapergs é um organismo único, comprometido não somente em apoiar e suplementar a pesquisa em nosso Estado nos mais diversos campos do conhecimento, mas também para estabelecer os mecanismos e construir as "pontes" visando a interação da universidade e da pesquisa básica com a atividade industrial. É através da Fapergs que o estado poderá injetar recursos em áreas de pesquisa estratégicas para o nosso estado, tanto na universidade como na indústria e principalmente em parcerias entre estes dois importantes segmentos da sociedade.

Uma avaliação do desempenho da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) mostra que programas financiados com recursos adequados e regulares durante os últimos 10 anos (entre 1992 e 2002) foram suficientes tanto para consolidar uma fundação de grande pujança e prestígio, como principalmente para elevar a pesquisa científica, social e industrial de São Paulo a um patamar que não tem similar no país.

Da mesma forma que São Paulo, o Rio Grande do Sul dispõe hoje de uma base científica forte e consolidada, com pesquisadores de alto nível, formados graças ao contínuo apoio recebido principalmente das agências federais de financiamento de C&T. Se essa base de C&T pudesse contar com o apoio de uma Fapergs confiável e com recursos regulares de maior monta, nosso Estado poderia também, em alguns anos, alavancar seu desenvolvimento industrial e de inovação tecnológica tanto em áreas já estabelecidas como em novos campos estratégicos.

O "locus" preferencial da pesquisa industrial e da inovação tecnológica é a empresa. Como a grande maioria das empresas em nosso estado (e no país) não dispõe de recursos para investimento em projetos de risco (como são os projetos de pesquisa e inovação), é absolutamente necessário que se invistam fundos do estado em pesquisa industrial, através de parcerias entre empresas, universidades e centros de pesquisa.

As parcerias e as interações entre o setor industrial e a universidade são assuntos da maior importância sendo portanto oportuno relatar aqui no início dos anos 90 a Fapergs tomou a iniciativa de criar um programa de estímulo à interação de grupos e centros de pesquisa com o setor empresarial. Tal programa, co-financiado em parceria pela empresa e pela Fapergs, teve uma excelente repercussão com vários resultados positivos,

mas infelizmente durou pouco tempo (3 a 4 anos), tendo sido descontinuado devido à crônica falta de recursos da FAPERGS.

Contudo, a iniciativa da Fapergs "renasceu" na Fapesp através do Programa Parceria para a Inovação Tecnológica (Pite), criado em 1995, o qual, no dizer do Prof. José Fernando Perez, diretor científico da Fapesp, "seguiu uma experiência pioneira do Rio Grande do Sul". O programa Pite é um sucesso: mais de 100 projetos foram aprovados envolvendo a participação de 60 empresas de São Paulo e 12 instituições de pesquisa. Uma outra iniciativa da Fapesp no estímulo ao desenvolvimento tecnológico é o Programa Inovação em Pequenas Empresas (Pipe), onde o projeto deve ser desenvolvido dentro da pequena empresa, sem exigência de contrapartida da mesma. Trata-se de aplicação de dinheiro público na iniciativa privada em projetos que poderão levar a inovações tecnológicas de valor comercial. No programa Pipe foram aprovados, pela Fapesp, 272 projetos (até 2002) envolvendo 242 empresas. Nesse programa o papel da Fapesp não é somente o de conceder recursos mas principalmente o de avaliar a probabilidade de sucesso do projeto usando seu eficiente sistema de consultores ad hoc.

É óbvio que o Estado do RS, tanto pela presença de grande número de pequenas empresas, como pela existência de pessoal competente em diversos campos de pesquisa, tem uma ampla possibilidade de sucesso em programas semelhantes, desde que a Fapergs disponha de recursos regulares suficientes, uma vez que seu sistema de avaliação e análise de projetos é também da melhor qualidade.

A sistemática falta de recursos na Fapergs gera um efeito perverso na formação e na fixação de pessoal científico no estado. Através de seu programa de bolsas de iniciação científica (IC), a Fapergs concede perto de 1500 bolsas por ano, e é, sem dúvida, uma de suas atividades de maior sucesso, apesar de seguidamente atrasar o pagamento das bolsas, devido à falta de repasse de recursos do governo estadual para a Fundação. A parte irônica é que muitos estudantes concluem seus cursos de graduação com bolsa de IC da Fapergs, mas não conseguem ficar no RS para a pós-graduação, já que o número de bolsas de pós-graduação (concedidas pelas agências federais) é insuficiente e a Fapergs não tem recursos para ampliar o número de bolsas de pós-graduação, como é feito pelas fundações em outros estados.

A fixação do pesquisador recém doutor no estado tem também sido afetada pela falta de recursos da Fapergs. As fundações de outros estados fornecem regularmente bolsas de recém-doutor, que permitem ao jovem pesquisador estágios temporários até conseguir uma posição permanente. Infelizmente nossos melhores jovens doutores, com as poucas exceções dos que obtêm bolsas federais, não conseguem fixar-se no estado, por absoluta falta de recursos na Fapergs.

Também é responsabilidade de todos: do governo, do setor empresarial, dos pesquisadores, dos professores, dos alunos e da própria sociedade.

Por ocasião da comemoração dos 40 anos da Fapesp, em 2002, o governador Geraldo Alckmin escreveu um artigo com o título "Imprescindível para São Paulo", referindo-se ao papel fundamental da Fapesp no desenvolvimento científico e tecnológico de seu Estado. Para o presente texto sobre a Fapergs, usei um título semelhante na esperança de que o nosso governador Germano Rigotto também venha a convencer-se de que a Fapergs é imprescindível para o Rio Grande do Sul.

Há uma série de outros exemplos em que a falta de recursos e a inconstância dos repasses dos mesmos para a Fapergs trazem resultados nocivos e irreversíveis para o sistema de pesquisa e de formação de recursos humanos, causando danos muitas vezes irreparáveis, ao desenvolvimento social, científico e tecnológico do estado.

Face a atual crise financeira, provavelmente o melhor caminho que o Estado tem para recuperar a Fapergs, seja o de estabelecer um cronograma de desem-



bolso regular e gradativamente crescente, ano a ano, até alcançar (em 3 a 4 anos) o teto de 1,5%. É oportuno lembrar que em pesquisa e formação de recursos humanos a constância e a regularidade dos repasses resultam às vezes mais importantes do que a própria quantidade de recursos.

A recuperação da Fapergs e sua institucionalização no Estado é responsabilidade de todos: do governo, do setor empresarial, dos pesquisadores, dos professores, dos alunos e da própria sociedade.

Por razão esta instituição é tão maltratada? Desconhecimento? Incompreensão? Descaso? Desenvolvimento e produção científica estão umbilicalmente unidas. A Ciência, com o desenvolvimento tecnológico dela decorrente, permite a modernização da sociedade e o crescimento dos meios produtivos, graças aos saltos tecnológicos e aos ganhos de produtividade daí decorrentes. Além disso, está claro que os indicadores sociais avançam com forte relação com o desenvolvimento (The Health and Wealth of Nations, Science, vol. 287, 2000). Neste aspecto, os sucessivos governos estaduais não

Fapergs 2003: O futuro ao nosso alcance

Cristina Lima

têm entendido que a Fapergs não é problema, mas sim solução! As verbas a ela destinadas não constituem propriamente despesa, mas investimento com retorno garantido, pois com seus recursos alavanca áreas que são fundamentais para o Rio Grande do Sul. Para um Estado em séria crise financeira, novo paradigma torna-se fundamental para encaminhar solução duradoura.

Isto não é novo: devemos lembrar que idéias aqui geradas são sucesso em outros Estados. As empresas precisam de inovações constantes para melhorar os produtos e os processos. Para isto, há necessidade de parcerias entre as empresas e o governo: a Fapergs é a legítima interlocutora entre os Centros de Pesquisa e o setor produtivo. Ao longo de vários anos, investimentos como os Programas Universidade-Empresa, os Programas de Adoção de Tecnologias mais Limpas, de Apoio à Interação do Setor Agrícola com o Empresarial e os Programas de Áreas Estratégicas (Biotecnologia, Química, Informática e Materiais) permitiram materializar estas ações. Recente reportagem publicada na Forbes mostra-nos os resultados da parceria entre Centros de Pesquisa e Empresas. A C&T aplicada à Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) representou economia de US\$ 100 milhões para a sociedade, aumentando a competitividade interna e externa da cadeia produtiva em que se insere.

O vencedor do Prêmio Nobel em Química deste ano, o norte-americano Peter Agre, em entrevista a Folha de S. Paulo, afirmou que "nós temos (nos Estados Unidos) ótimos laboratórios e muito recursos, mas

acho que os recursos mais preciosos são mentes brilhantes, e o Brasil tem muitas delas" (FSP, 16.10.03). Estas "mentes brilhantes", onde e como são formadas? Talvez uma das maiores funções da Fapergs não seja lembrada e divulgada: a formação de recursos humanos que estão nas Universidades, Centros de Pesquisa mas também no setor produtivo. Os investimentos em pesquisa, pós-graduação e o continuado apoio à formação e divulgação científica têm permitido que com tão pouco dispendio governamental conquistássemos a honrosa terceira posição entre os Estados quanto à produção científica/milhão de habitantes. Outro exemplo é o Pró-Ciências que no Estado do Rio Grande do Sul mobilizou, entre os anos de 1996 e 2000, 18 instituições de Ensino Superior, capacitando 4.765 professores, distribuídos nas quatro áreas de atendimento do programa (matemática, química, física e biologia).

Mas, infelizmente o Rio Grande do Sul vem perdendo o seu patrimônio mais precioso – seus cientistas qualificados. A quem interessa este descaso com a Fapergs? Por que motivos os recursos constitucionais à

Fapergs não são repassados? Qual a razão de tanta indiferença? Por que chegamos a esta crise? Há toda uma cumplicidade a ser entendida. Pelos menos três aspectos devem ser considerados: o do desconhecimento da maioria da classe política do que é Ciência e Tecnologia (C&T), o pouco envolvimento da sociedade e a ainda tímidia participação dos pesquisadores. Ainda se escuta nos corredores afirmações tais como, "nós não temos tempo para estas coisas" ou "temos coisas mais importantes para fazer". Nossos governantes historicamente demonstram ainda não ter entendido o papel estratégico e primordial da C&T para alavancar a economia do nosso Estado e melhorar a qualidade de vida de seus cidadãos. Parecem crer na indústria da cópia e que comprar tecnologia é mais barato e seguro! Ainda não estão convencidos que independência e autodeterminação, bem como melhoria de padrões de bem-estar, dependem da Ciência, Tecnologia e Educação. A melhora da atividade produtiva não teria sentido se não tivesse forte impacto na qualidade de vida da população. Dados do Banco Mundial (World Development Indicators, 1999) demonstram a forte correlação que existe entre a renda per capita e a promoção da saúde com melhor nutrição, acesso à água potável, ao saneamento e aos serviços de saúde, determinando forte correlação com o aumento da expectativa de vida.

O que nos resta fazer? Como frisou o Prof. Eduardo Krieger durante o painel Em defesa da Fapergs (Porto Alegre, 24.06.03) "nós estamos falando para convertidos, pregando para convertidos". Acredito em Camus: o "grande problema é traduzir o que sentimos para aquilo que queremos que seja sentido". Precisamos estimular a educação para a ciência e tecnologia em todos os níveis e em todos os setores da sociedade gaúcha. Talvez, como sugeriu Paulo Francis no artigo "A Preparação do PÚBLICO", utilizando a obsessiva repetição do dramaturgo Stanislavski com a peça A Gaivota de Tchecov: o sucesso veio com a repetição... Repetição e repetição, resultando no entendimento da sociedade, nossa grande parceira, mas que ainda precisa ser conquistada.

Menciona-se, em adição, que os sucessivos cortes orçamentários da Fapergs têm contribuído para a perda de oportunidades para a atração de recursos para o Estado, pois ficamos impossibilitados de participar com a parceria exigida pelos órgãos financeiros federais. Enquanto Fundações de outros Estados habilitam-se, tenderemos no próximo ano a perder ainda mais já que o Governo Federal prevê um contingenciamento de 57% do valor a ser destinado ao Ministério da Ciência e Tecnologia em 2004 lembrando-se que no ano passado esta reserva de contingência foi de 44,4% do orçamento. Isto é dinheiro para o caixa do Governo não para C&T!

Nós não gostaríamos de continuar a ler declarações como a do Prof. Sérgio Ferreira, ex-presidente da SBPC, sugerindo que "o que nós tínhamos que fazer era a recriação das FAPs em vários lugares, como no Rio Grande do Sul e no Maranhão, onde elas sumiram" (FSP, 28.09.03). Nem aprovaríamos uma comunidade científica talentosa e laboriosa, acorrentada ao mito de Sísifo, no que constrói e no que é destruído. Penso numa relação de entendimento entre sociedade representada pelo governo e a Fapergs. Talvez o caminho tenha que novamente ser refeito e trilhado já que foi gradativamente "camuflado" para que num futuro bem próximo possamos talvez repetir o poeta Robert Frost "and that has made all the difference".

*Membro da Academia Brasileira de Ciências

Maria Beatriz Gay* - professora do Instituto de Física - Ufrgs

Saber fazer custa menos que comprar pronto

E o pesquisador, a pesquisa que desenvolve, os recursos humanos qualificados que forma e as técnicas e produtos com alto valor agregado que gera e domina relevantes para a sociedade? São os mesmos relevantes para o governo? É importante investir em pesquisa? Quem deve responder a estas questões?

A motivação para dedicar-se à pesquisa básica, geradora de conhecimento, à pesquisa aplicada, geradora de processos e técnicas, ou à tecnologia, geradora de produtos com máximo valor agregado, adém não só da importância que atribui o pesquisador ao processo criativo, de desenvolvimento e tecnológico, mas também da profunda convicção de ser vetor do aumento da qualidade de vida. Neste sentido, um cientista é universal mesmo tentando resolver um problema, por exemplo, de saúde local. E é um trabalhador que como qualquer outro necessita de condições de trabalho, sob pena de não poder cumprir sua função social.

No entanto, pela pouca disseminação do conhecimento científico, e consequentemente pela pouca relação estabelecida pela população em geral, e por muitos governantes, das melhorias em seu quotidiano com o labor contínuo nas universidades, laboratórios e centros de pesquisa, é ainda precário o convencimento da importância do investimento regular em ciência. Desta forma, o artigo 236 da Constituição Estadual, que preconiza o repasse de 1,5% da renda líquida mensal do Estado à Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul (Fapergs) não tem sido respeitado.

Positivado em 1990, após intenso esforço de convencimento do legislador por atuante parcela da comunidade científica do estado, nos defrontamos hoje paradoxalmente, com um setor altamente qualificado graças ao empenho do governo federal na formação de recursos de alto nível (através dos programas de pós-graduação financiados pelo CNPq e Capes), impossibilitado de dar continuidade e avanço a projetos de pesquisa pela quase inexistência de recursos estaduais, em decorrência do descumprimento do preceito constitucional.

O resultado é a redução de infraestrutura, aumento de tempo empregado para a mera manutenção de áreas de pesquisa instalada, redução do tempo para fazer a imprescindível divulgação de resultados à coletividade, demais atividades de extensão e política científica, estabelecendo-se o ciclo vicioso de perdas pela deseducação.

Se já somos em parte responsáveis pela pouca informação sobre o nosso papel como cientistas e o resultado de nosso trabalho, a atual situação de não repasse dos recursos devidos torna o quadro geral ainda mais complexo.

Mais. Além do compasso de espera, há a perda da contrapartida pois num aceno de inversão de regras, os recursos federais tendem a estar cada vez mais vinculados aos apoios regionais. Com isto nosso parque científico altamente qualificado vem nos últimos anos per-



Intervenção sobre obra de Raoul Haussmann

dendo em capacidade de captação de recursos nacionais e competitividade, represando a excelência, perdendo estudantes talentosos, sofrendo evasão de doutores formados, e sem evidência de reversão do quadro poderá ter esta situação ainda agravada.

O que vem acontecendo no nosso Estado não está em consonância com os atributos gerais do RS no que tange ao grau de desenvolvimento humano já atingido e urge o estabelecimento dos devidos repasses à Fapergs.

Em vários estados, além de São Paulo (Fapesp) e Rio de Janeiro (Faperj), as fundações de amparo à pesquisa têm desenvolvido programas significativos que resultam no fortalecimento de grupos e colaborações, além da interação com o setor produtivo. Promovem apoios a projetos temáticos, valorizando o pesquisador ativo e alavancando os diversos níveis de competência instalada. São paradigmas o crescimento da Fapemig e da Fapeba. O resultado é o fortalecimento de intercâmbios nacionais amparados por estas FAPs, e dos quais não temos podido participar pela ausência de contrapartida.

Desnecessário dizer que não estamos fazendo paralelo com a Fapesp, cuja tradição de continuidade e apoio à

pesquisa de qualidade torna os pesquisadores paulistas, na média, os maiores captadores de recursos federais.

Em particular, os dados desta fundação estão no livro publicado pela Adufrrgs, "Em Defesa da Fapergs", resultado do painel elaborado pelo Grupo de Trabalho em C&T, e realizado em 24 de junho de 2003 no anfiteatro do Ilea. Recebendo os recursos previstos em lei a fundação paulista estabelece um rigoroso sistema de avaliação por pares de todo o País, e garante aos pesquisadores qualificados trabalhando naquele estado um suporte para realizar pesquisa em padrão de qualidade e competitividade internacionais. Além de permitir a fixação de recursos humanos em SP.

No RS estamos enfrentando sérias dificuldades para manter novos doutores, promover sua fixação, assumindo a responsabilidade da formação sem a seguir contar com o retorno da plena capacidade de produção, seja no setor acadêmico, seja no setor empresarial. Isto é prejuízo ao Estado. Não temos um efetivo programa de fixação de jovens doutores junto aos grupos ativos, o que não nos permite manter quem formamos e menos ainda atrair talentos formados fora do Estado.

Todo este quadro é sobremodo preocupante quando atualmente os programas de apoio federais estão efetivamente incorporando a política de "um para um", ou seja, os aportes tenderão a estar fixados pela contrapartida, o que aliás já aconteceu bem recentemente quanto ao Pronex.

Neste sentido, nós pesquisadores trabalhando no RS precisamos estar muito atentos e atuantes na defesa de condições de trabalho condignas à função de cientistas, e empenhados no convencimento de nossos governantes da importância do re-

passe estabelecido em lei. Precisamos desenvolver uma política de valorização do talento e da competência instalada na pesquisa básica, na pesquisa aplicada, no setor tecnológico. Precisamos igualmente promover a interação com o setor empresarial, aspecto este ironicamente presente no estabelecimento de nossa fundação e posteriormente imitado com sucesso pela FAPESP.

Parte de nossa tarefa de convencimento dos governantes, e também das empresas, e naturalmente de toda a sociedade, está em mostrar que o valor agregado a um produto é devido principalmente à tecnologia incorporada, a qual só é dominada mediante autonomia frente às diversas etapas do processo intelectual de desenvolvimento científico. Não basta comprar pronto o celular, a semente, o medicamento. É preciso saber fazer, e saber fazer custa menos do que comprar pronto, é multiplicador, e significa dominar o conhecimento e o processo de produção. Pode ser, e é de modo geral mais lento, mas é um investimento seguro e promotor do desenvolvimento social, e sobretudo, soberano.

* Coordenadora do Grupo Física de Altas Energias

Quando a esperança se transforma em medo

Todos nós assistimos a disputa entre os candidatos de diferentes partidos e participamos, através do voto, do processo eleitoral para Presidência da República em 2002. No segundo turno a disputa eleitoral se polarizou entre o candidato de FHC José Serra e Luís Inácio Lula da Silva (Lula), candidato da esquerda. O resultado todos nós conhecemos.

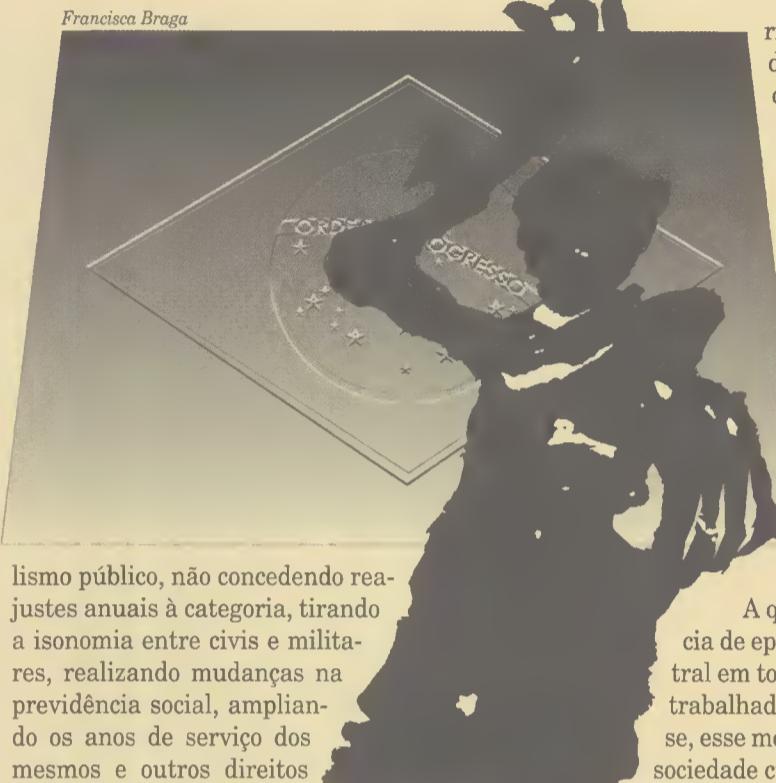
Durante a campanha eleitoral, não faltaram discursos, nem personagens públicos defendendo uma ou outra posição. A mais polêmica delas foi o discurso da atriz Regina Duarte que incitava o medo nos eleitores de Lula, imediatamente revidada pela Paloma Duarte, também atriz. O confronto simbólico, no plano discursivo, entre as duas posições antagônicas sustentou ideologicamente o final da campanha eleitoral. A partir de então, com a vitória de Lula, formou-se o adágio por muitos proferido: "a esperança venceu o medo".

Hoje, após oito meses de governo Lula, observamos que as bandeiras vermelhas do PT, que tremulavam nas janelas e sacadas dos edifícios, pelas ruas e avenidas das grandes cidades, emblema quase obrigatório nos atos dos movimentos populares, deixam de compor o cenário destas manifestações. Com certeza, devem estar enrubesidas com a atitude do presidente e muitos parlamentares, que se elegeram com o voto popular, e agora defendem ferrenhamente o atual formato das reformas que ora se apresentam (previdecária e tributária). Aquilo que representava o sonho de muitos intelectuais de esquerda no Brasil, agora está se transformando em um dos mais terríveis pesadelos. As bandeiras vermelhas do PT deixaram de fazer parte do cenário das lutas por melhores salários e condições de vida e outras reivindicações dos movimentos sociais. A utopia e confiança que elas irradiavam, que vinha da força dos trabalhadores, mostrando a possibilidade de um mundo mais justo tem se mostrado inviável diante das atitudes do governo petista. Todos nós sabemos que o governo Lula assumiu com uma aliança de outros partidos e a complexidade que envolve esse pacto político. Ou que a política é um jogo em que há uma constante luta, uma correlação de forças que exige o poder. Isso pode até explicar algumas posturas ensandecidas, entretanto não justifica a falta de coerência entre o discurso que pregava na época da campanha eleitoral e a prática efetiva do seu governo.

A universidade pública, responsável pela maioria dos intelectuais orgânicos que deram sustentação ideológica ao discurso do Partido dos Trabalhadores, com a reforma em questão, é a instituição mais atingida porque, além dela perder os seus docentes qualificados dos seus quadros (mestres e doutores), não garante a reposição dos quadros no mesmo nível. Os representantes e trabalhadores das instituições públicas e os estudantes das IFES continuam na pauta das reivindicações às mesmas questões, causando um mal-estar entre aquilo que o partido pregava nas promessas de campanha que ainda não se efetivaram. As instituições públicas continuam agonizando dos mesmos males: a falta de verbas para a educação, saúde, segurança, etc.

O discurso que diz que é preciso ter paciência, que o governo precisa "arrumar a casa" para então chegar à concretização de uma sociedade melhor começo a cansar os cidadãos quando o próprio governo não dá trégua e, em nome da desigualdade social, começa a bombardear as mesmas vítimas dos governos passados: os servidores públicos. Foi assim com Fernando Collor, o qual os desqualificou, denominando-os de "marajás". Fernando Henrique Cardoso também mexeu no funciona-

Francisca Braga



lismo público, não concedendo reajustes anuais à categoria, tirando a isonomia entre civis e militares, realizando mudanças na previdência social, ampliando os anos de serviço dos mesmos e outros direitos sociais garantidos pela lei.

Agora Lula, que tanto contestou a política de FHC, utiliza as mesmas estratégias com o objetivo de reduzir o déficit público.

O jogo político e a forma como estão sendo conduzidas as questões pelas lideranças do governo, sem um debate amplo com a sociedade e seus órgãos de representação, tem aprofundado a crise entre o governo e a sociedade civil na resolução dos conflitos sociais. Cada vez mais grupos e movimentos sociais começam a se mobilizar na tentativa de viabilizar um projeto decente de justiça social para o Brasil. A decepção dos grupos organizados, que deram relativo apoio político ao atual governo, começa a se manifestar nas ruas.

A questão social é emergencial, não pode mais ser protelada para os últimos anos do governo, nem para daqui a 20 ou 30 anos, como se fosse possível hoje fazer prognósticos claros e precisos sobre o futuro. Daqui a 5 ou 10 anos serão outras as questões que estarão em pauta para serem resolvidas. O cenário mundial e nacional será outro. O governo precisa resolver os problemas emergentes do presente, tal como o pagamento da dívida externa, o que faz vivermos sob a égide de uma constante política recessiva. O que não se pode fazer é submeter os trabalhadores a uma condição de miséria.

A exemplo do que ocorreu com a prática dos governos anteriores. O discurso de que o Brasil será vitorioso e agradecerá ao governo pelas reformas que estão sendo implementadas serve como retórica, mas não convence os que a tantos anos esperam por uma vida mais decente. Como se o Brasil fosse uma entidade abstrata e não composta de pessoas que têm desejos, ansiedades, vontades, sentimentos. Nós somos o Brasil e o seu futuro. Precisamos viver e ser felizes agora, se possível, no futuro também.

Reformas na previdência e no sistema tributário todos nós queremos e achamos necessárias, mas a forma como fomos alijados do processo de discussão é com o que não podemos concordar. O governo encobre através de manobras e informações, atribuindo a culpa do déficit da previdência à categoria dos servidores públicos. Entretanto, o que causa estranheza é o fato que essa atitude proceda de membros de um partido que, histo-

ricamente, tem defendido os procedimentos democráticos e um discurso comprometido com a participação popular.

A falta de transparência das informações e o diálogo aberto com os diversos setores sociais diretamente afetados com as reformas impostas são as marcas do início deste governo. O que mais espanta é a tentativa do próprio partido em silenciar vozes que destoam da retórica do discurso hegemônico do governo. Imediatamente, são criadas comissões internas do partido para avaliar as posturas denominadas "radicais" com a finalidade de intimidar e ameaçar de expulsão, na tentativa de calar as opiniões contrárias. Como pode se desenvolver a democracia sem a pluralidade de idéias?

A questão que se coloca, a partir dessa seqüência de episódios que estão ocorrendo no Planalto Central em torno das reformas e a mobilização das classes trabalhadoras, merece uma reflexão. Na minha análise, esse momento de embate político, entre as forças da sociedade civil organizada e o governo está diretamente ligado com as promessas de campanha e do projeto nacional para o país. No seu bojo, essas promessas de integração, de justiça social, baseadas no princípio do contrato e da igualdade, ao invés de se concretizarem em forma de ações estão se transformando em incerteza e medo. Não no medo da violência banal das nossas ruas, esse constitui um medo menor, que com políticas sociais pode ser controlado. Trata-se de um medo mais profundo. O medo de ser nada, de se tornar ninguém, de ser obsoleto, como uma coisa, ser descartado. Um medo invisível. É isso que se vê estampado nos rostos dos servidores públicos. Processo que se chama, por completo, de exclusão social. Ao invés de se combater os processos de produção e acumulação de riquezas que coisificam os seres humanos tornando-os objetos e não sujeitos, o governo ataca as pessoas. Os servidores públicos, vítimas das diversas exclusões sociais engendradas pelo capitalismo, mas sujeitos do processo histórico, negam-se a aceitar as reformas que o governo impõe porque, em síntese, elas detonam com suas identidades e procuram transformar suas subjetividades construídas como sujeitos em figuras personificadas no objeto.

Como afirma Martins, "A exclusão moderna é um problema social porque abrange a todos: a uns porque os priva do básico para viver com dignidade, como cidadãos; a outros porque lhes impõe o terror da incerteza quanto ao próprio destino e ao destino dos filhos e dos próximos." Entretanto, continua o autor: "A verdadeira exclusão está na desumanização própria da sociedade contemporânea, que ou nos torna panfletários na mentalidade ou nos torna indiferentes em relação aos seus indícios visíveis no sorriso pálido dos que não têm um teto, não têm trabalho e, sobretudo, não têm esperança."

Por outro lado, esse processo de incertezas e medo pode gerar, por parte da população, uma descrença, ainda maior, nos partidos políticos como representantes da esfera pública capazes de debater e resolver democraticamente os problemas sociais. Os eleitores, cidadãos brasileiros, precisam ficar mais atentos aos discursos das plataformas políticas e nas ações dos candidatos, antes de decidirem em quem votar, pois como os atores e as atrizes, nunca se sabe quando os políticos estão falando a verdade ou interpretando o seu papel.

Valério De Patta Pillar¹

Riscos ambientais das plantas transgênicas: por que a precaução?

O isolamento de genes de um organismo e a sua introdução em outro genoma tem permitido obter organismos geneticamente modificados (transgênicos) tais como novas variedades de plantas e microorganismos usados para diferentes propósitos. Os benefícios prometidos são os mais variados. No entanto, os danos potenciais nos ecossistemas (saúde humana incluída) precisam ser considerados. A liberação do uso de transgênicos sem profunda consideração dos riscos ambientais é uma irresponsabilidade.

São abundantes na história os casos de tecnologias que foram adotadas sem a devida avaliação dos riscos e, depois de um tempo, foram abandonadas por causarem danos ao ambiente ou à saúde humana. O DDT e a talidomida são exemplos. Sendo tecnologias que não se reproduzem como organismos, os danos se esgotam na contaminação produzida e nos indivíduos afetados, mas como se verificaram apenas no longo prazo receberam pouca importância. A tecnologia da transgenia, porém, é capaz de alterar o mundo biológico de forma nunca antes possível. Por isso a insistência na precaução. Se os genes alterados porventura escaparem para outras variedades, a pergunta que fica é: caso danos à saúde humana ou ao ambiente venham a ser detectados no futuro, será possível eliminar, com as ferramentas disponíveis no presente, a contaminação genética? Portanto, além da precaução, o princípio da reversibilidade de possíveis danos causados deveria guiar a ambição humana no desenvolvimento de qualquer nova tecnologia e na generalização do seu uso.

O plantio da soja transgênica tolerante ao herbicida glifosato tem a vantagem de facilitar e talvez baratear o manejo da lavoura em relação a lavouras de soja não-transgênica que também usam herbicidas. Com o mesmo objetivo, variedades transgênicas de outras espécies cultivadas também têm sido desenvolvidas com tolerância a herbicida. No caso do milho (e outras espécies cultivadas) em que foi introduzido gene de *Bacillus thuringiensis* (Bt), a planta passa a produzir uma toxina que controla lagartas, substituindo assim o uso de inseticidas.

Que se saiba, dessas variedades, apenas a soja tolerante a herbicida estaria sendo plantada comercialmente no Brasil. Não devemos porém restringir o debate apenas à soja, porque se desenvolvem no Brasil pesquisas com variedades transgênicas de algodão Bt e de batata, mamão, tomate e feijão com resistência a doenças, e em breve haverá discussão sobre seu cultivo comercial.

Um risco que deve ser avaliado no plantio de variedades transgênicas é a transferência de genes por cruzamento natural com outras variedades cultivadas ou com variedades selvagens da mesma espécie ou espécie parentada, caso ocorram na região. Para arroz, algodão e sorgo existem no Brasil variedades selvagens ou espécies parentadas que poderiam ser contaminadas geneticamente por variedades transgênicas. Plantas produzem pólen que, sendo transportado por diferentes vias, pode em determinadas condições vir a fertilizar com sucesso flores de outras plantas compatíveis. Evidências de fluxo gênico são abundantes, sendo debatido quais efeitos esses genes modificados poderiam ter nas



populações selvagens, tais como aumento da sua capacidade invasora ou do risco de extinção⁽²⁾. Independentemente desses riscos, o mais grave é que os genes modificados podem escapar ao controle.

Não deve ser ignorado o risco de contaminação de variedades cultivadas não-transgênicas. Mesmo que a soja seja uma espécie predominantemente autopolinizável, a taxa de polinização cruzada da ordem de 1% não seria suficiente para que genes de variedades transgênicas sejam eventualmente transferidos para variedades convencionais? Esse problema no caso do milho é muito bem ilustrado em notícia recente na revista Nature, sobre o estabelecimento de regras mais duras para o cultivo de variedades transgênicas que sintetizam fármacos, a fim de evitar o fluxo de seus genes para plantações de milho destinadas à produção de grãos⁽³⁾.

Pelo princípio da precaução, como está no preâmbulo da Convenção da Biodiversidade assinada pelo Brasil, não se deve alegar a ausência de uma certeza científica completa como razão para adiar a tomada de medidas para evitar ou minimizar uma ameaça à diversidade biológica. A recente edição da Medida Provisória 131 autorizando neste ano o plantio de soja resistente ao herbicida glifosato viola a Constituição (Art. 225, Inciso IV) e o princípio da precaução. Os possíveis riscos ao ambiente do cultivo generalizado de variedades transgênicas

precisam ser avaliados nas condições dos ecossistemas brasileiros. É temerário defender a liberação com base em uma suposta "avaliação de impacto" que estaria implícita no cultivo ilegal (definitivamente não monitorado/controlado para nenhum fim) por agricultores.

As conclusões a partir de experimentos estarão sempre sujeitas a erros estatísticos. O nível de significância especificado pelo pesquisador é a probabilidade de concluir erroneamente que há efeito (erro tipo I); enquanto que a probabilidade de concluir erroneamente que não há efeito, quando de fato ele existe, é denominada erro tipo II. No caso dos transgênicos, concluir erroneamente que uma dada variedade transgênica não causaria danos ao ambiente pode ter consequências mais graves do que concluir erroneamente que causa danos. Portanto, mais atenção deve ser dada ao erro tipo II, em geral desconhecido, do que ao nível de significância. Com efeito, a convenção de aceitar limiares de probabilidade de 5% para erro tipo I e de 20% para erro tipo II tem sido questionada em estudos de impacto ambiental⁽⁴⁾. O erro tipo II é afetado pelas condições do experimento, tais como o número de repetições e a precisão das medidas. Por isso, com vistas a diminuir o erro tipo II, os experimentos avaliando impactos de cultivos transgênicos no ambiente devem ter muitas repetições⁽⁵⁾.

Além dos erros estatísticos, a extração, para outras escalas de tempo e espaço, de resultados de experimentos avaliando impacto em ecossistemas é carregada de incertezas. Os ecossistemas são naturalmente diversos e complexos, desafiando a nossa capacidade de prever efeitos em condições diferentes daquelas sob as quais avaliações experimentais foram feitas⁽⁶⁾. Essa dificuldade fica evidente na interpretação dos resultados dos experimentos que foram realizados em fazendas na Grã-Bretanha sobre efeitos na biodiversidade de cultivos transgênicos tolerantes a herbicida⁽⁷⁾.

O debate sobre o uso de transgênicos tem sido dominado de um lado por especialistas em biotecnologia, em geral entusiásticos defensores, e de outro, pela resistência daqueles que questionam a nova tecnologia sob os mais diferentes aspectos. Ambos lados têm entre os seus paladinos posturas da mais arrogante intransigência que geralmente acabam ofuscando as argumentações mais equilibradas. Nessa disputa, o lado da precaução é o mais sensato.

1. Eng. Agr., Ph.D., Professor Titular, Departamento de Ecologia do Instituto de Biociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pesquisador IC do CNPq.

2. Ellstrand, N. C.; Prentice, H. C. & Hancock, J. F. Gene flow and introgression from domesticated plants into their wild relatives. Annual Review of Ecology and Systematics, v. 30, p. 539-63, 1999.

3. Tougher rules aim to prevent gene flow into crops. Nature, v. 422, 13.Mar.2003, p. 103.

4. Di Stefano, J. How much power is enough? Against the development of an arbitrary convention for statistical power calculations. Functional Ecology, v. 17, p. 707-709, 2003.

5. Perry et al. Design, analysis and statistical power of the Farm-Scale Evaluations of genetically modified herbicide-tolerant crops. Journal of Applied Ecology, v. 40, p. 17-31, 2003.

6. Wolfenbarger, L. L. & Phifer, P. R. The ecological risks and benefits of genetically engineered plants. Science, v. 290, p. 2088-2093, 2000.

7. Squire, G. R. et al.. On the rationale and interpretation of the Farm Scale Evaluations of genetically modified herbicide-tolerant crops. Philosophical Transactions Royal Society London B, v. 358, p. 1779-1799, 2003.

Argentino escreve no Paraguai parte da história do Brasil

O médico e escritor Alejandro Maciel é argentino, vive no Paraguai e acaba de terminar um livro contando parte da história do... Brasil. "O Rei fugitivo" narra a história da vinda da corte portuguesa para o Rio de Janeiro, reconstruindo, através da literatura fantástica, a quase surreal viagem de Dom João VI e sua corte para o Brasil. Maciel é assessor do maior escritor paraguaio e um dos grandes nomes da literatura latino-americana, Augusto Roa Bastos, com quem escreveu recentemente um livro contando a História da Guerra do Paraguai. "O Livro da Guerra Grande" (editora Record) teve também participação de um brasileiro, Eric Nepumoceno e de um uruguai, Omar Prego Gadea. Os quatro países envolvidos na guerra estiveram representados por seus escritores na realização do livro. Com Roa Bastos, Maciel também esteve recentemente em Cuba, a convite de Fidel Castro, onde conheceram um plano de alfabetização que Maciel define como "revolucionário".

AD verso - O que levou um argentino que mora no Paraguai a se interessar por esta parte da história do Brasil?

Alejandro Maciel - Acho que as fronteiras são desenhos feitos nos mapas em seus momentos de ócio por militares do século XIX que muitas vezes tomamos a sério demais. Minha pátria é a literatura e isso me permite cruzar de um continente a outro com a mesma paixão de nossos próceres do passado ao cruzar de um país a outro. Comecei a ler a história do Brasil e a achei fascinante... Pensei ter encontrado um ponto de inflexão não na revolta de Tiradentes (que por certo foi importantíssima) mas no traslado da Corte com Dom João VI ao Rio de Janeiro em 1807, transformando-a na primeira metrópole da América do Sul. Isso foi fundamental para gerar o sentimento de grandeza que depois se traduz em extensão, poder político e econômico do Brasil... Li quatro ou cinco coisas sobre Dom João VI e os Bragança, mas eram contraditórias... Não conseguiam fazer-me uma imagem do rei que havia produzido esta mudança e então inventei um.

Adverso - Este livro interessará mais ao público paraguaio ou brasileiro?

Maciel - Não acredito que o livro interesse ao público paraguaio, ainda que deva dizer que me equivoco muitas vezes neste sentido. Mas escrevi "O Rei fugitivo" pensando no Brasil. É como um livro de viagem de João VI escrito en primeira pessoa onde intervêm quase todos os perso-

nagens da Corte, os acadêmicos, a monjas, as cortesãs e sobretudo seu secretário, o conde-camareiro que é um fãntico dos iluministas a quem certamente João VI odeia já que ele é "expulso" de Portugal por Napoleão que por sua vez é filho da Revolução. A época é fascinante. As discussões acerca do que é o poder, das políticas econômicas, sociais... As mesmas discussões que hoje voltam a resuscitar depois do deserto ideológico que deixou a queda do stalinismo.... Acho que uma obra, mesmo quando se refira ao passado, deve incitar o presente. É o que nos interessa a todos porque somos parte dele.

Adverso - Como o senhor conta esta história?



Maciel - "O Rei fugitivo" é o diário de viagem. 39 navios repletos com todos os personagens ilustres de Portugal, essa foi a realidade, mas inventei a maioria dos personagens: uma marquesa que viaja com suas filhas sianas, uma antecipa o futuro e a outra revela o passado... os acadêmicos que discutem se a História é ou não ciência, um eremita surdo que é o arquivista de João VI, a congregação das Oblatas que viaja numa nave enquanto na seguinte explode uma febre uterina por contágio de tuberculose e as cortesãs fazem loterias sexuais com os grumetes... um homem que é engolido por uma baleia que o cospe no terceiro dia (referência a Jonas) uma sereia que é capturada pela nau capitânea, enfim, tudo acontece como se fosse um sonho..

Adverso - No que o senhor e Roa Bastos trabalham atualmente?

Maciel - Com Roa Bastos estou trabalhando na cons-

trução da "Biblioteca de Roa Bastos para todos", uma espécie de bibliografia básica sugerida. São 40 títulos de 40 obras que Roa considera importantes e ao mesmo tempo originais ainda que tenha deixado eu escolher alguns dos títulos. Por exemplo, eu votei por "Tentações de Santo Antônio" de Flaubert, um texto quase desconhecido em nosso meio e que no entanto é para mim muito mais interessante que Madame Bovary. Roa pôs em primeira linha "Grande Sertão Veredas" de Guimaraes Rosa a quem conheceu em uma viagem de avião. Cada texto leva um prólogo geral da coleção e logo depois um prefácio específico para cada livro. É muito trabalho. Mas ao mesmo tempo, é fascinante. E trabalhar com Roa sempre é enriquecedor.

Adverso - Fale um pouco sobre a viagem de vocês a Cuba..

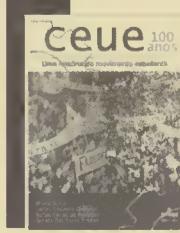
Maciel - Fomos a Cuba convidados pelo presidente Fidel Castro, que foi visitar Roa em sua casa e lá nos招rou para viajar com ele no avião presidencial para buscar um plano de alfabetização audiovisual que foi criado em Cuba e que em sete semanas consegue que um analfabeto saiba ler e escrever. Já o estão aplicando na Venezuela, onde já há os primeiros 120.000 alfabetizados, com excelentes resultados. Isso representa 10% do total já que a Venezuela conta com 1.200.000 analfabetos. O presidente Castro presenteou a Roa 200 equipamentos (cada um tem uma TV de 29", um video-cassete, as 17 fitas que somam o total de aulas e as cartilhas que os alunos devem levar para aplicar o que aprendem) para realizar um plano piloto no Paraguai. O método é absolutamente acessível.

O ministro da Educação de Cuba nos deu uma aula demonstrativa. É absolutamente novo e simples. Agora estamos na etapa de ver como implementar esse plano piloto no Paraguai. Devo deixar claro que Cuba está disposta a colaborar com qualquer país neste plano, basta que se enviem peritos para dublar ao idioma para utilizar tanto os videos como as cartilhas. Sei que, se o Brasil necessita, o presidente Castro colocará toda sua equipe à disposição.

Adverso - Como está a repercussão de O Livro da Guerra Grande?

Maciel - Desconheço a repercussão do "Livro da Guerra Grande" no Brasil. A edição argentina já se esgotou apesar da escassa impressão que a editora Alfaguara fez. Li resenhas de jornais e revistas do Brasil e todas falam favoravelmente do trabalho. Espero que se conheça mais. Que três nações se unam para converterem-se em assassinas de uma quarta não é um fato que deveria nos encher de orgulho. O melhor, sempre, é não esquecer. O passado esquecido tem o mal costume de regressar piorado.

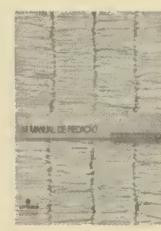
ORELHA



CEUE 100 anos: uma história do movimento estudantil

Bruna Sirtori, Carlos Eduardo Querotti, Rafael Farias de Menezes, Renata Dal Sasso Freitas

O Centro dos Estudantes Universitários de Engenharia (CEUE) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul completou cem anos em 2003. Mais do que o centenário de um centro acadêmico este é um marco do movimento estudantil. Editora da Universidade, 124 p. R\$ 15,00.



**Da redação escolar ao texto
Um manual de redação**

Paulo Coimbra Guedes

Da redação escolar ao texto é um manual de redação que quer desconstruir essa prática reproduitiva e levar à produção de texto, isto é, ao uso consciente dos recursos expressivos da língua com a finalidade de produzir deliberados efeitos de sentido sobre determinados leitores. Editora da Universidade, 2ª edição, 320 p. R\$ 35,00.



**Literatura e judaísmo
O rosto judeu de Borges**

Gerson Roani

Este livro representa uma importante contribuição à crítica e às compreensões analíticas que interpretam um dos mais importantes escritores que a América Latina já produziu. O presente estudo agrega-se às melhores tradições do pensamento literário dedicado ao patrimônio borgiano, enriquecendo-o notavelmente. Editora da Universidade, 120 páginas. R\$ 14,00.

WWW

FISM

www.wsfindia.org
Sítio oficial do Fórum Social Mundial da Índia. Traz a programação do evento que se realiza em janeiro na cidade de Mumbai, Índia.

Fórum Social Brasileiro

www.fsb.org.br
Sítio do Fórum Social Brasileiro. O evento será realizado de 6 a 9 de novembro em Belo Horizonte (MG).

"Feira do Livro não é um evento, mas um processo"

O jornalista e escritor Walter Galvani pretende representar à altura seu papel de patrono da 49ª Feira do Livro de Porto Alegre, evento que se inicia dia 31 de outubro. Nesta data, junto com o ministro da Cultura, Gilberto Gil, o então "foca" de 21 anos que cobriu a primeira Feira do Livro, em 1954, fez a abertura oficial do evento, 49 anos depois, agora como patrono. Desde aquela data, Galvani só não esteve presente em uma das edições da Feira do Livro de Porto Alegre. Em 1972, ele precisou se ausentar da capital para uma missão jornalística na Europa. Nas outras todas, esteve na Praça da Alfândega, seja como repórter ou como escritor. Este ano ele engrossará as fileiras dos homens-livros que homenagearão os 50 anos de publicação de *Fahrenheit 451*, de Ray Bradbury. Os outros dois são Ruy Carlos Ostermann e Moacyr Scliar. Como no clássico, eles "salvarão" livros durante a 49ª Feira do Livro, num tempo de Apocalipse (a outra emblemática obra homenageada nesta Feira).

Jéferson Assumção

AD verso - Um dos livros homenageados pela Câmara Rio-grandense do Livro nesta feira será o Apocalipse. Em torno dele acontecerão as atividades chamadas Apocalipse Nossa de Cada Dia, uma série de palestras que tratarão dos problemas diários enfrentados pela sociedade atual. Qual o papel da literatura nesses tempos de Apocalipse diário?

Walter Galvani - Acho que é uma coisa muito individual, porque você faz um resgate não só do seu tempo próprio como do que você pensa, das suas ambições, dos seus desejos, dos seus sonhos. Tudo isso passa por essa idéia do Apocalipse, esse massacre diário a que as pessoas são submetidas. Mas a literatura é uma das maneiras de vencer esse atraso, essa falta de civilização. Não é a primeira vez que a humanidade é ameaçada por este tipo de invasão, por esse tipo de deterioração. Eu acho que a longo prazo se vence isso, e a literatura é fundamental, porque só quando você está com o livro você está realmente sozinho e acompanhado. Sozinho com seus pensamentos e junto com o autor. E acompanhando todas as avenidas que se abrem a partir do que a imaginação lhe franqueia através da leitura. Eu acho que isso é fundamental pra gente sair desta geléia geral que é a vida moderna.

Adverso - Fahrenheit 451 é outro livro homenageado na 49ª Feira do Livro de Porto Alegre..

Galvani - Sim, o *Fahrenheit 451* é usado como a metáfora do fim da cultura através da aniquilação física do livro...

Adverso - Vivemos, de uma certa forma, o tempo descrito no livro, que completa 50 anos em 2003? Qual o livro que o senhor estaria disposto a decorar para deixar para as gerações futuras?

Galvani - Não é que se viva isso, mas essa aniquilação é uma ameaça permanente. Você vê preponderar por aí o regime da força. Estamos assistindo à consolidação de um império, cujo representante máximo é geralmente lembrado como não mais que um cowboy. Quer dizer, é a civilização americana e o que tem feito para destruir, pelo mundo a fora, ocupando terras e massacrando povos. Isto é bem uma demonstração do direito da força e não da força do direito. Contra isso a cultura, e a literatura de um modo particular, evidentemente que sempre se rebelou. O episódio usado como metáfora, pelo *Fahrenheit 451*, bem espelha isso e eu acho que a feira está atualizadíssima ao trabalhar em cima dessa idéia. O meu livro, a minha escolha pessoal, é justamente, de uma certa forma, um que homenageia um outro império que houve na Terra, mas bem diferente deste atual. O livro que eu escolhi é *Memórias de Adriano*, de Marguerite Yourcenar. Adriano, imperador de Roma, era inteligente, culto e, eu vou demonstrar isso até lendo alguns trechos do livro na Feira, é exatamente o contrário desse cowboy que está aí. Para início de conversa, o

Adriano implantou a primeira reforma agrária pra valer na ordem da história. É uma maneira da gente refletir sobre todas as coisas, sobre o nosso dia-a-dia, sobre o que efetivamente fazemos, sobre o que nos acontece, sobre quanto somos atropelados pela burrice e pela ignorância e pela maldade e sobretudo pela prepotência dos poderosos.

Adverso - O que significa para o senhor ter sido es-colhido patrono da Feira?

Galvani - Eu comecei junto com a Feira, praticamente. A Feira do Livro de Porto Alegre nasceu, aliás, com o nome de Feira do Livro do Rio Grande do Sul, porque era a primeira feira que se realizava aqui. Comecei no jornalismo, em 1954, ainda em Canoas, onde ajudei a fundar um jornal, chamado Expressão. No ano seguinte eu vim para Porto Alegre, trabalhar no Correio do Povo e naquele ano aconteceu a primeira feira do livro. Foi o ano em que eu fiz 21 anos. Nasci em 1934. Então, eu era não mais que um foca, repórter iniciante, e me

"A feira do livro se transformou até num acontecimento de lazer e turismo"

propuz, voluntariamente, a fazer a cobertura daquela primeira feira. Então, isso marcou a minha ligação com a Feira do Livro. Na época não havia nem a Câmara Rio-grandense do Livro, que foi fundada logo adiante. Havia uma comissão que preparou, instituiu e implantou a Feira do Livro. Então, a partir disso eu me liguei, digamos assim, e nos anos seguintes eu sempre procurei, de uma maneira ou de outra, estar presente na Feira do Livro. Apenas um ano eu não estava em Porto Alegre. Foi 1972. A Feira é um grande fato cultural, que está crescendo, cada vez mais, porque nunca repe-te o do ano anterior. E eu, que tive a felicidade de ver a primeira feira, vejo o quanto ela é diferente, o quanto é muito maior, o quanto muito mais gente está participando, por causa da diversidade de coisas que ocorrem. E vai se estendendo, até os deficientes visuais, enfim, com a seção de literatura infantil, que é a que mais cresce na feira... Além disso, a feira do livro se transformou até num acontecimento de lazer e turismo. As pessoas vêm a Porto Alegre pra participar da Feira. As pessoas programam a viagem a Porto Alegre, principalmente do interior do Estado, de Santa Catarina ou até do Paraná, para participar da Feira do Livro. Quer dizer: além de tudo é um fato de lazer e turismo.

Adverso - Qual sua opinião sobre a possibilidade



Galvani: "a palavra é, para mim, a maior invenção da humanidade"

de ampliação da feira? A praça deveria continuar como espaço central das atividades?

Galvani - Eu acho que ela não pode deixar a praça sob hipótese alguma, mas vai continuar avançando, é óbvio, porque sua expansão é um processo. Eu diria que a Feira do Livro é um processo. Ela não é mais um evento que acontece. É um processo permanente. Tanto que o Geraldo Huff, presidente da Câmara, disse que algumas das atividades vão se tornar permanentes. Lógico! É o único passo que se pode esperar. Ela assumiu tamanha importância que não se circunscreve mais aos limites físicos da Praça da Alfândega. Já extrapolou a praça, já incorporou todo o entorno, e se reclama a necessidade de se expandir mais. O secretário de Cultura Roque Jacoby sugeriu que ela alcance também os armazéns do cais do porto... A verdade é esta. Ela é um processo, de tal maneira que vai continuar crescendo dessa forma e tenho certeza de que no futuro vai alcançar não só essas áreas como outros pontos isolados e separados em bairros de Porto Alegre, como até em outras cidades, tanto do entorno da Região Metropolitana quanto do Rio Grande do Sul. É uma consequência. É o maior fato cultural do Rio Grande do Sul.

Adverso - O senhor já disse que mesmo não existindo a Câmara do Livro a Feira continuaria. Por quê?

Galvani - Porque ela começou antes da Câmara do Livro, que é quase uma decorrência da Feira. Os livreiros e editores que se uniram pra fazer a primeira feira do livro acabaram se unindo pra fundar a Câmara Rio-grandense do Livro. Então, aos poucos, ficou comprovado que se, por acaso, um dia se dissolvesse a Câmara, a feira continuaria se realizando. Claro que isso não vai acontecer, a CRL se solidificou muito nos últimos anos. É para ver a força desse processo todo. E o segredo disso tudo é a importância incomensurável da palavra, que é a base de tudo. A palavra que mora nos livros, seu habitat natural, e encontra nos livros o seu refúgio, a sua garantia contra tudo. A palavra é, pra mim, a maior invenção da humanidade.